

Mulher, criança e racismo

Direitos humanos

O GLOBO - 9 SET 2001

BENEDITA DA SILVA

A Conferência Mundial contra o Racismo em Durban, na África do Sul, garantiu um importante avanço para as questões da mulher e das crianças no mundo. Pouco antes da saída de Israel e dos Estados Unidos do encontro, os 153 países que participaram do encontro chegaram a um consenso em relação a parágrafos estratégicos que condenam as práticas de racismo e a discriminação contra estes grupos.

A partir de agora, mulheres e crianças em todo o mundo contam com mais um apoio internacional para pôr fim à violência sexual, ao abuso físico e emocional ou a qualquer tipo de discriminação de gênero e et-

nia que afetem de forma direta ou indireta o seu desenvolvimento econômico, social e educacional.

Os países ratificaram todas as convenções de direitos humanos já realizadas desde 1948, incluindo a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e o Protocolo para Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de mulheres e de crianças. Ao chamar a atenção do planeta para estes grupos, a ONU propõe um novo olhar para velhos problemas que afetam simultaneamente negros, indígenas, imigrantes, refugiados ou qualquer outra condição de exclusão.

Sabemos que cada país deve encontrar a melhor forma de aplicar as determinações desta conferência. A

sociedade civil brasileira deve estar atenta para fazer desta vitória uma realidade concreta e plausível. Nós, mulheres, somos maioria neste país, sendo grande parte excluída das políticas educacionais, sociais e econômicas. Somos também um dos segmentos mais prejudicados pela má distribuição de renda nacional. Num Brasil estremecido com os altos e baixos da economia globalizada, são as mulheres que, transformadas em chefes de famílias, sustentam a casa, cuidam dos filhos e mantêm o equilíbrio do lar.

Há cerca de um ano, uma pesquisadora em São Paulo revelou que professores numa escola discriminavam naturalmente crianças negras no processo educacional. Quando focamos a análise para as crianças ne-

gras e indígenas, que poucas chances têm de defender-se do mal causado pelas manifestações de racismo e discriminação, observamos que o quadro merece igual preocupação.

É clara a concentração destes grupos nas estatísticas sobre a violência doméstica, sexual, prostituição e exploração do trabalho infantil. A ONU pede que todos os Estados não economizem esforços para erradicar, em todos os níveis, a discriminação e o racismo. As Nações Unidas reconhecem que a pobreza atinge, de forma diferente, mulheres e homens na sociedade, assumindo que o racismo atinge em especial as crianças que estão em situação vulnerável e pedem a adoção de programas e políticas públicas para eliminar essas diferenças.

Um compromisso mundial foi firmado. A delegação brasileira que esteve em Durban, na África do Sul, sabe das responsabilidades que temos de hoje em diante. A ONU tem o papel de conclamar os países para as principais questões que afetam o mundo atualmente. Cabe ao governo, junto com a sociedade civil, aplicar as resoluções. Ficou evidente para todos que estão acompanhando este processo que o combate ao racismo, à discriminação, à xenofobia e às intolerâncias correlatas é capaz de modificar o destino da humanidade.

BENEDITA DA SILVA é vice-governadora do Rio de Janeiro e esteve presente na Conferência da ONU contra o Racismo, na África do Sul.